

Análise Política

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Hugo Ferrinho Lopes

1.º semestre, 2021-2022

E-mail: hugo.f.lopes@ubi.pt

Ensino Teórico e Prático

Horário: Segunda-feira, 14-18h

Homepage: [Research Gate](#)

Horas de contacto: 60/168h

Sala/Laboratório: 7.18

Atendimento: 18h30-19h30 (marcação)

Gabinete: 1.10

1 Descrição

A unidade curricular de Análise Política vai além do tradicional *teaching and learning* em ciência política e relações internacionais. Por forma a superar a dinâmica meramente expositiva, proporciona-se uma aplicação prática dos conteúdos teóricos e uma relação professor-estudante dinâmica, responsável, autónoma e próxima. O docente terá uma disponibilidade quase permanente e promoverá informalidade e o pensamento crítico.

Dos discentes, espera-se empenho, responsabilidade, lisura, capacidade crítica e pertinência.

Para alcançar os **objetivos da aprendizagem**, propõe-se uma abordagem crítica e empírica à análise da política. Combina-se o estudo da opinião e esfera pública, sondagens e inquéritos por questionário, comunicação social e novos média com métodos e técnicas de análise política como alicerces teóricos fundamentais e ferramentas basilares que distingam o discente no panorama contemporâneo.

O *Syllabus* combina conhecimentos teóricos fundamentais a competências aplicadas de forma a operacionalizar de forma coerente os objetivos primordiais da unidade curricular. Os tópicos foram cuidadosamente selecionados para proporcionar aos alunos uma compreensão comum dos temas centrais e emergentes em análise política, bem como para treinar as suas habilidades de reflexão com vista à elaboração de **exercícios práticos** em contexto de aula e exercícios pedagógicos, quer em aula, quer em casa; um **relatório de análise política** de uma sondagem, através de uma base de dados disponibiliza pelo docente; e ainda um **artigo de jornal** que analise científica e politicamente as implicações de uma dinâmica ou dimensão específica do relatório. Tais "assessments" fazem com a aprendizagem semanal e prepararam os discentes para elaborar relatórios técnicos e profissionais, preparando-os para o mercado laboral e a crescente exigência face à sofisticação e simplificação de conteúdos para compreensão do (e)leitor comum.

Os discentes são, portanto, confrontados com a sofisticação da nova literatura emergente e a modernização dos debates e técnicas de análise política da opinião pública. Espera-se que desenvolvam um conhecimento crítico sobre as diferentes questões da análise, comportamento, atitudes e opinião pública, bem como que estes conteúdos os estimulem a repensar e redefinir os pressupostos das suas bases teóricas e empíricas. Tal corresponde aos **objetivos da aprendizagem** da UC por:

- Criar um ambiente de discussão crítica académica que exige dos estudantes uma sofisticação crescente de habilidades argumentativas e sensibilidade empírica;
- Proporcionar uma aquisição dinâmica de conhecimentos especializados e através de uma articulação interdisciplinar de diferentes sub-áreas;

- Permitir uma interação dinâmica e informal entre docente e discentes no contexto da participação ativa em aula em torno de questões estruturantes do programa e da preparação dos elementos de avaliação.

2 Objetivos da aprendizagem

A unidade curricular de “Análise Política” faz a simbiose entre as áreas científicas da ciência política e relações internacionais com comunicação política; metodologias com técnicas de pesquisa; e análise de dados sobre opinião pública com atitudes e comportamentos políticos. Tais elementos consubstanciam um objeto de estudo central dos regimes democráticos hodiernos.

Tem-se como desiderato capacitar os discentes para analisar, interpretar e reportar estudos de caráter empírico e quantitativo em política, fornecendo-lhes bases teóricas, práticas e epistemológicas. Mediante uma conclusão com sucesso da unidade curricular, os discentes deverão ser capazes de:

1. Explicar a importância da opinião pública para os processos de *agenda-setting* e *decision-making*, bem como em que medidas lhe respondem os candidatos e elites políticas;
2. Compreender, analisar e avaliar criticamente os benefícios e malefícios das sondagens na competição política contemporânea;
3. Identificar o que é opinião pública e quais os fatores que influenciam a sua formação;
4. Identificar as principais empresas de sondagens credenciadas, bem como em que medidas estas se distinguem, quer na sua natureza, quer das restantes, tal como as suas implicações para a análise política;
5. Perceber de que modo se operacionalizam e analisam politicamente os dados e resultados de inquéritos de opinião por sondagem;
6. Distinguir as diferentes tipologias de sondagens e modalidades de amostragem utilizadas;

7. Acreditar e atestar a credibilidade de um inquérito de opinião e do seu universo amostral;
8. Investigar, selecionar a informação mais pertinente e analisar estatística e criticamente as várias dimensões da opinião pública;
9. Analisar criticamente as implicações e limitações de inquéritos de opinião;
10. Avaliar a sua relação com o sistema político, a qualidade da democracia, e a competição e colaboração no seio do sistema partidário;
11. Imputar os resultados do inquérito por sondagem para os resultados estimados em atos eleitorais;
12. Recolher dados e construir bases de dados quantitativos sobre atitudes e comportamentos políticos e opinião política;
13. Elaborar relatórios científicos de sondagens de forma estruturada, coerente e gráfica e textualmente esquematizada;
14. Construir suporte analítico para notícias que reportem os resultados totais ou parciais de sondagens de forma simplificada;

Tendo presentes estes objetivos, o programa visa, por um lado, que os alunos se familiarizem com os aspectos mais técnicos da aferição e análise da política; e, por outro, que dominem as principais explicações teóricas dos processos de formação da opinião pública e respectivo impacto no sistema de representação política. Para tal, analisa-se a influência dos diversos atores, das circunstâncias sociais e políticas, assim como das características do público. Pretende-se ainda que os alunos adquiram competências de análise crítica sobre as problemáticas suprarreferidas.

3 Estruturação da unidade curricular

3.1 Estrutura das aulas

A UC integra dois tipos de aulas: teórico-práticas e laboratoriais. As sessões estão estruturadas de acordo com um método multinível, privilegiando a componente prática e a análise crítica, com uma indispensável introdução, acompanhamento e aplicação teórica.

Inicia-se com uma sumula da sessão anterior, procurando sintetizar conteúdos e esclarecer dúvidas segundo um princípio de estudo orientado. De seguida, o docente dará uma "lecture" sobre um tópico específico do **programa**, nomeadamente na sua componente teórica (que inclui, sobretudo, a primeira parte do programa) e explicações de aplicação de conhecimentos (na parte II). Terceiro, a maioria das aulas terão um *slot* para **trabalho de laboratório**, sejam exercícios práticos, sejam exercícios pedagógicos. Nas **semanas letivas** em que tal seja possível, a primeira parte da aula é teórica e a segunda é prática. A parte prática pode ser tanto de índole pedagógica (para promoção de conhecimentos) como para inferir de conhecimentos (avaliativa). As aulas de laboratório serão todas práticas como se explica no parágrafo seguinte.

Nas sessões teóricas, são apresentados os conceitos, perspetivas teóricas e empíricas, alternando a componente expositiva com breves exercícios e debates. Por sua vez, as sessões laboratoriais são centradas na realização de exercícios, operações de testes estatísticos e preparação de textos para reportar os resultados de uma sondagem. Esta última componente inclui uma correção dos exercícios com o docente em vista a uma aprendizagem do discente guiada pelo tutor.

Este modelo serve, essencialmente, três princípios pedagógicos:

1. Treinar competências de organização e exposição;
2. Desenvolver capacidades de análise crítica e autodidata;
3. Dar ao docente indicações do modo como os alunos estão a apreender, ou não, a matéria exposta na componente teórica.

As aulas são lecionadas em português. No entanto, estudantes Erasmus, deslocados, trabalhadores-estudantes e casos previstos na legislação e normativos da UBI terão acompanhamento próximo. A sua **avaliação** difere dos restantes discentes (*vd.* **elementos e critérios de avaliação**, bem como as *accommodations* para estes casos). As sessões terão aproximadamente três intervalos. De forma tentativa e subjetiva, planeia-se as aulas com exercícios (práticos ou pedagógicos) do **programa** estarão organizada do seguinte modo:

- Das 14 às 14h10: recapitulação da aula anterior;

- 40m de ensino teórico;
- Intervalo (10m);
- 30m de ensino teórico-*intensivo*;
- Intervalo (15m);
- 30-45m de exercícios pedagógicos ou práticos com base nos conteúdos discutidos (inicialmente, por pesquisas na internet, resposta a perguntas, evoluindo para exercícios com recursos a *software* de mapas interativos, gráficos automatizados através de fontes públicas secundárias e, ainda, Excel e SPSS);
- Intervalo (20m);
- 30-40m de resolução conjunta dos exercícios, com esclarecimento geral de dúvidas.

3.2 Modalidade e diapositivos

A UC funciona em regime presencial. Ao longo do semestre, a modalidade poderá ser alterada em função da evolução da situação pandémica e da legislação em vigor. As regras de funcionamento do semestre estão disponíveis [aqui](#). Os alunos terão acesso aos diapositivos da *componente teórica* usados pelo docente no fim de cada sessão (o docente colocará no moodle).

3.3 Software

Em primeiro lugar, recorre-se a fontes e ferramentas secundárias disponíveis publicamente que o docente divulgará para uso dos estudantes nas aulas e no futuro (em ensaios de outras UC, trabalhos de investigação ou de *outreach*). Tais incluem *mind maps*, indicadores automatizados com geradores de gráficos ou tabelas online ou programas de aplicação de inquéritos online. Em segundo, o *software* requerido para as aulas práticas passa também pelo Microsoft Office Excel (ou Numbers, em caso de sistemas operativos

da Apple) e pelo IBM SPSS Statistics. O manual de configuração de ambos os programas/aplicações é disponibilizado gratuitamente para estudantes da UBI através das credenciais institucionais. O SPSS pode ser transferido [no site dos serviços de informática](#) e o Microsoft Office na página pessoal de cada estudante na [Minha UBI](#).

Recomenda-se que os discentes estejam nas aulas práticas munidos de computador próprio e com o software instalado. No caso de algum estudante ter constrangimentos em levar o seu computador para a sessão, ou não disponha de um, deverá enviar e-mail privado ao docente com a maior brevidade possível, em vista a serem encontradas soluções para que a/o aluna/o não seja prejudicado na aprendizagem.

3.4 *Moodle*

O Moodle é a plataforma online de gestão de aprendizagem da UBI, que permite aos docentes criarem cursos dinâmicos e apelativos disponibilizando aos seus discentes os recursos e as atividades pedagógicas online através de um canal de comunicação bilateral eficaz. Seja para cursos e-learning ou b-learning, como complemento da formação presencial ou para gerir comunidades de aprendizagem, o Moodle é uma solução flexível que responde a várias necessidades. Trata-se de uma plataforma de aprendizagem personalizável, com inúmeras funcionalidades e algum potencial para a promoção do sucesso, aprendizagem e motivação dos alunos.

Nesta plataforma, encontram-se disponíveis as seguintes informações e opções:

1. **Gerais:** bibliografia primária e generalista sobre a UC; simulador da classificação final, onde cada discente pode introduzir as suas notas e simular a quantificação final à UC; tópico para inserir as classificações individuais de ensino-aprendizagem e dos três exames possíveis; um inquérito a responder pelos discentes a meio do semestre.
2. **Dicas** sobre como ler mais rápido e fixar os conteúdos, fazer apresentações orais e estudar para elementos de avaliação.
3. **Exercícios práticos**, onde deverão ser submetidos os relatórios/documentos de cada exercício.

4. **Relatório de sondagem:** bibliografia sobre definição de perguntas de investigação, objetivos, estruturação do trabalho e aplicação de métodos; exemplos de relatórios de sondagem e respetivos inquéritos; submissão do relatório; templates a usar e adaptar; normas gráficas das dissertações de mestrado da UBI.
5. **Artigo de jornal:** exemplos de artigos de jornal sobre sondagens e submissão do artigo.
6. **Capítulos da matéria,** onde serão inseridos os diapositivos, leituras e elementos de cada tópico.
7. **Normativos da UBI,** que inclui os regulamentos e despachos com as regras a serem cumpridas pelo docente e discentes à luz do regime jurídico aplicável.
8. **Fontes de dados** úteis para esta e outras UCs que tratem de política comparada, europeia, económica, partidos políticos, sistemas eleitorais, sistemas políticos, qualidade da democracia, etc.

Por fim, as informações conjunturais e notícias serão fornecidas aos discentes através do separador dos **anúncios**. Todos os discentes devem estar regularmente atentos ao seu e-mail institucional da UBI, onde receberão alertas de novos anúncios no moodle.

3.5 Orientação tutorial

Cerca de 30 minutos do horário das aulas são dedicados a orientação tutorial aos discentes, de acordo com o artigo 110.º do **Regulamento Académico** da universidade. Esta orientação tem lugar no início (revisão de conteúdos previamente lecionados) e no final (correção da componente prática) das sessões. Ademais, o docente estará disponível, no seu gabinete (1.10), das 18h30 às 19h30, nas segundas-feiras, mediante marcação prévia por **e-mail**. Em casos de incompatibilidade, poderão ser marcadas sessões de orientação no gabinete ou, ainda, noutros dias, através de plataformas digitais como o *zoom* ou *teams*, por mútuo acordo discente-docente quanto à data e horário.

3.6 Programa

A escolha dos conteúdos programáticos da UC proporciona aos alunos um entendimento teórico do que constitui a opinião pública, complementado com a componente prática da realização de sondagens e estudos de opinião. Por conseguinte, as matérias lecionadas aliam o conhecimento teórico dos debates sobre a opinião pública com sessões laboratoriais de análise de dados de estudos de opinião, estimulando ainda a análise crítica de resultados de sondagens nos média portugueses.

A UC estrutura-se em torno de três capítulos para responder às questões mais emergentes da opinião pública e para equipar os estudantes com as ferramentas necessárias para produzirem análise política. Esclarecemos as noções, os fatores que geram diferenças de perceção entre os eleitores, a história e desenvolvimento das sondagens, bem como as suas modalidades, tipos de perguntas, de amostragem e de erros. No laboratório de análise política, introduzem-se as ferramentas necessárias no Excel e SPSS para cálculo de frequências, tabelas descritivas, tabelas, gráficos, mas também de margens de erro, intervalos de confiança, inferências sobre os fatores explicativos dados na componente teórica e ainda se explica o método da imputação em sondagens. Preparam-se os discentes para a elaboração de relatórios técnicos e discute-se o impacto e a importância da comunicação social na transmissão – correta ou não – da informação resultante dos inquéritos de opinião por sondagem, bem como quais os critérios que um jornalista deve seguir por forma a que essa transmissão seja feita com rigor. Abordam-se ainda outros métodos e técnicas para análise política, tais como o experimental, focus group e análise de sentimento nas redes sociais, bem como os indicadores de comportamento nos novos social media (conteúdos, atração, envolvimento e dinamismo).

Paralelamente, também se apressentam os tipos e fontes de fontes de dados secundários disponíveis para análise quantitativa avançada no estudo da política, úteis para produção de relatórios e artigos de divulgação de ciência.

O programa geral que engloba estes temas é o seguinte.

3.6.1 Conteúdos programáticos

Capítulo I. O que é e como se mede a opinião pública

1. Estudos observacionais e opinião pública
 - 1.1 Estudos observacionais: introdução à população, estratégia de amostragem e evidências anedóticas;
 - 1.2 Da análise exploratória à inferência;
 - 1.3 O que é a opinião pública e como podemos estudá-la?
 - 1.4 Fatores da opinião pública;
2. Análise política por inquéritos e sondagens
 - 2.1 Sondagens: História. Desenvolvimento do Campo das Sondagens em Portugal;
 - 2.2 Sondagens: Modalidades. Passos no planeamento de uma sondagem;
 - 2.3 Sondagens: como fazer perguntas?
 - 2.4 Sondagens: Amostragem. Tipos de Erro nas Sondagens;

Capítulo II. Laboratório

3. Laboratório de análise política
 - 3.1 Introdução ao SPSS. Data Viewer, Data Editor, Preferências, Outputs, Syntax;
 - 3.2 Tipos de variáveis;
 - 3.3 Como construir uma base de dados;
 - 3.4 Como calcular médias e frequências de variáveis com desvios-padrão;
 - 3.5 Como cruzar variáveis (tabelas de referência cruzada, testes t e ANOVAS para médias);
 - 3.6 Correlação: R de Pearson e R_s de Spearman. Eta;

3.7 Introdução à regressão linear (simples e múltipla) e logística (binária e multinomial);

3.8 Como apresentar dados de sondagem (preparação de tabelas e gráficos, apresentação de diferenças entre grupos);

Capítulo III. Preparação de relatórios, média e sondagens e outros estudos de opinião

4. Relatórios: como preparar

5. Comunicação Social e Sondagens

6. Outros estudos de opinião

6.1 Método comparativo

6.2 Focus group

6.3 Análise de dinamismo e de sentimento nas redes sociais

4 Elementos de avaliação

A unidade curricular compreende os seguintes elementos avaliativos: (1) **exercícios práticos** e pedagógicos, (2) um **relatório de sondagem** e (3) um **artigo de jornal**. A sua respetiva ponderação está disponível nos **critérios de avaliação**. Sublinhe-se, não obstante, que a participação relevante, ativa e pertinente nas discussões é contabilizada como critério de arredondamento positivo da classificação – por exemplo, um estudante com 9,45 é avaliado com 10 se tiver demonstrado esforço, comprometido com a UC e tenha participado ativamente com base nas leituras ou estudo dos tópicos em apreço.

Diferentemente dos discentes em condições regulares de ensino-aprendizagem, a avaliação de estudantes Erasmus, em mobilidade, deslocados ou que preencham os requisitos do **Regulamento Académico da Universidade** ou do **Despacho 37/R/2013** serão avaliados através do **relatório de sondagem** e do **artigo de jornal**. Ver os **critérios de avaliação** e as **accommodations** para estes casos. Os prazos de entrega são os mesmos dos restantes discentes.

4.1 Trabalho de laboratório

O trabalho de laboratório corresponde a exercícios práticos, em aula, e a exercícios pedagógicos, em aula e em casa, sobre os **conteúdos programáticos** e a aquisição de novas competências. Os exercícios práticos, sendo uma **dimensão de avaliação**, têm como desiderato incentivar a aprendizagem dos conceitos lecionados. Os exercícios pedagógicos visam o estímulo ao estudo auto-didata e a aquisição de competências técnicas (*skills*) que serão úteis aos discentes no meio laboral – quer empresarial, quer público, quer em investigação. Estes exercícios são realizados individualmente ou em grupo consoante o tópico e a sua exequibilidade e podem compreender tanto a recolha e sistematização de informação, apresentação gráfica ou mapeada de resultados, como a operacionalização de testes em software de análise política, como ainda a análise, escrita e discussão de evidência empírica.

Os exercícios colocam o ênfase num tema específico, suportado – embora não exclusivamente – em matéria lecionada ou pistas dadas pelo docente, bem como nas leituras obrigatórias. Os exercícios com ponderação para a classificação final têm lugar de acordo com a **calendarização das aulas** prevista. Este planeamento das aulas é feito por forma a que os exercícios correspondam ao ponto específico da matéria lecionada que poderá ser necessária. Desta forma, pode-se alcançar o potencial mais elevado deste trabalho de laboratório e prevenir o excesso – embora não a ausência – de trabalho extra-aulas.

Aquando da conclusão do trabalho de laboratório, os estudantes devem submeter o seu ficheiro de suporte ao docente através do **moodle**, preferencialmente em formato PDF. Em casos excecionais, são aceites ficheiros L^AT_EX, Word, Powerpoint, Prezi, Pow-
Toon, Emaze, SlideDog ou GoogleDocs. Submissões por e-mail não são aceites exceto em casos excecionais.

Posteriormente, tem lugar uma discussão orientada para resolução dos exercícios em conjunto com a turma. Os estudantes terão liberdade para explicarem porque determinada opção é a correta. O docente guia o debate em vista a assegurar o foco nos conteúdos programáticos e na pertinência das respostas para que a turma tenha uma discussão clara e conjunta. Neste momento da aula, os exercícios são também corrigi-

dos pelo docente. Espera-se esclarecer as dúvidas dos discentes e incentivar o *concept learning* a cada semana. Quando possível – e mediante vontade e aprovação prévia dos alunos – este tipo de trabalhos servirão também para promover o *outreach* da turma e da área científica junto da comunicação social, população em geral e da comunidade académica em particular.

Para trabalhadores-estudantes e estudantes Erasmus, o trabalho de laboratório não é obrigatório. Para os restantes discentes, os exercícios são obrigatórios, ainda que a **assiduidade** não o seja. Podem conferir as diferenças nos **critérios de avaliação**.

4.2 Relatório de sondagem

O relatório de sondagem é o compêndio e a versão escrita de análise técnica e científica deste tipo de estudo de opinião. Espera-se que os alunos façam uso dos pressupostos teóricos e empíricos que identificaram nas aulas e que implementem o feedback do docente na aula de preparação (*vd.* **calendarização**). Espera-se que, nessa aula, os discentes levem trabalho adiantado e dúvidas para colocar ao docente.

Este *technical report* deve ser preparado para (1) comunicar os resultados ao cliente; (2) depositar na Entidade Reguladora da Comunicação Social; e (3) disponibilizar ao público em geral, interessado em compreender os padrões identificados para além do que é reportado e de como é enquadrado pelos média.

Pretende-se que o estilo de escrita seja:

1. **Simples.** Que evite ao máximo jargão técnico (especialmente no sumário executivo). A preocupação principal subjacente a esta ideia é que seja compreendido pelo público em geral, mesmo que não tenha qualquer *background* em termos estatísticos ou de metodológica de sondagens.
2. **Preciso,** permitindo que a qualidade metodológica da sondagem e a robustez científica das conclusões a que se chega sejam avaliadas e replicáveis.
3. **Conciso, neutro e profissional.** Sem normatividade. Sem adjetivos. Sem enviesamentos na escolha das palavras ou dos enquadramentos. Sem formulação ou

apresentação de opiniões pessoais. Escrito de forma impessoal (verifica-se) ou na voz passiva (foi observado).

Os seus conteúdos são de dois tipos: (1) análise dos dados recolhidos (gráficos e tabelas acompanhados de texto que reporte, interprete e análise os seus resultados); (2) informação metodológica importante (população, amostra, método de recolha dos dados, etc.). A estrutura aconselhada, embora não obrigatória, é a seguinte:

1. Capa

2. Sumário Executivo

- 2.1 Descrição sucinta da sondagem, de forma compreensível para qualquer pessoa;

- 2.2 Informam-se as principais características da sondagem (objetivo, universo e amostra, datas do trabalho de campo) e os seus principais resultados;

- 2.3 Não mais de uma página;

3. Nota metodológica/ficha técnica

- 3.1 Descrição precisa de como a sondagem foi desenhada, planeada e implementada. Deve fornecer informação suficiente para perceber se a sondagem foi realizada de forma robusta ou não;

- 3.2 Alguma informação que deve constar:

- 3.2.1 Cliente (quem encomendou a sondagem);

- 3.2.2 População-alvo ou universo (ex.: residentes em Portugal continental com 18 ou mais anos);

- 3.2.3 Tamanho da amostra;

- 3.2.4 Modalidade de amostragem (aleatória simples, estratificada, etc.) e descrição do procedimento;

- 3.2.5 Datas em que o trabalho de campo foi realizado;

3.2.6 Modo de recolha de dados (presencial, telefónica, etc) e descrição do procedimento;

3.2.7 Taxa de resposta;

3.2.8 Tipo de ponderação (se foi usado algum);

3.2.9 Margem de erro;

3.2.10 Modalidade de acesso ao questionário usado (link, etc.);

4. Resultados

4.1 Descrição dos resultados da análise dos dados da sondagem;

4.2 Começar por uma análise descritiva das principais variáveis de interesse;

4.3 Complementar sempre que válido e interessante com cruzamentos com outras variáveis;

4.4 Deve incluir gráficos devidamente editados ou, no limite, tabelas em formato apresentável ao público em geral;

5. Referências bibliográficas, se usadas. Devidamente referenciada e indexada por ordem alfabética do apelido.

O relatório deve:

1. Ser claro na identificação dos seguintes elementos:

1.1 Unidade curricular, semestre e ano letivo;

1.2 Nome do docente;

1.3 Identificação dos estudantes que fizeram o relatório (nomes e números);

1.4 Data;

1.5 Título;

1.6 Subtítulo (se aplicável ou desejável);

1.7 Modelos teóricos aos quais se recorre, se for o caso (diferente de uma **revisão da literatura** tradicional, mas que segue os mesmos princípios);

1.8 Referências bibliográficas (máximo 30 no total)

2. Ser feito em grupos de até cinco (5) elementos.
3. Ser entregue até à data constante dos **critérios de avaliação** através da opção específica de submissão no moodle. Submissões via e-mail não são consideradas.
4. Ser submetido num ficheiro não-editável (PDF) e o nome do ficheiro deve corresponder aos nomes e números de aluno dos elementos do grupo. Por exemplo: "Hugo Ferrinho Lopes (27027), Susana Nina (28744) e Guilherme Carriço (31868)".
5. Seguir as **normas de formatação das dissertações de mestrado da universidade** (capa, tipo de letra, tamanho, espaçamento entre linhas, entre parágrafos e de margens, etc.). Podem utilizar, quer através do moodle, quer do seguinte link, o **template das dissertações de mestrado da UBI.**
6. Conter até um máximo de 20 páginas, incluindo todos os seus elementos constitutivos, gráficos, tabelas, texto analítico e referências bibliográficas e eletrónicas;
7. Ser claro quanto ao universo e amostragem: definição e justificação do universo ("domínio do argumento") e dos casos, isto é, que população se está a analisar e até onde/quem se podem extrapolar/inferir os resultados.
8. Definição do desenho da pesquisa. Isto é, definir: se se trata de um estudo diacrónico ou sincrónico, dedutivo ou indutivo, e porquê; que tipo de dados se vão utilizar e porquê; que tipo de métodos e técnicas se vão usar para a recolha e análise dos dados, e por que razão. Neste ponto deverão ainda ser claramente explicitados os seguintes pontos: casos, unidades e níveis de análises, variáveis e observações.
9. Estar propriamente referenciado. Os estudantes devem usar as **normas de referência da APA**, exceto "centrar" o texto – por forma a corresponder às regras da UBI. Em casos de dúvida os estudantes podem gerar automaticamente as referências APA através do Google Scholar ou do Scribbr APA Citation Generator. Tendo

em conta que, o em vários casos, a primeira opção tem informação incompleta (em particular, sobre organizadores de livros editados, capítulos, policy/research briefs ou teses), podem fazer um double-check no Scribbr. Para usarem a segunda opção, procedam da seguinte forma:

- 9.1 Acedam ao [site do Scribbr](#);
- 9.2 Seleccionem a(s) opção(ões) do tipo de publicação pretendida;
- 9.3 Aparecerá um campo automático;
- 9.4 Pesquisem pela publicação (ex. título ou DOI);
- 9.5 Seleccionem "cite source";
- 9.6 A referência aparece;

Tentando resposta a algumas FAQs (frequently asked questions), sumário sugestões – que são sugestões e, portanto, não são obrigatórias – que podem dar-vos alguns *insights*:

- Aspas para citações: duplas com singulares dentro da citação (ex. “o ‘novo’ regime”);
- Pontuação: fora das aspas (‘isto é um novo começo’, não ‘isto é um novo começo.’);
- Acrónimos: sem pontos (ex. EUA, não E.U.A.);
- Hífens: espaçados e "duplos", ou seja, os chamados *em dash* (–) em vez do *en dash* (-). Exemplo: "O ensaio – publicado inicialmente em 1960 – expõe esta questão";
- Listas com marcas e numeradas;
 - Cada linha começa com letra maiúscula;
 - Cada linha termina com ponto e vírgula;
- Figuras e tabelas: deve existir uma referência no texto para cada (ex. "de acordo com a figura 7.9 (...)");
- Publicações múltiplas do mesmo autor na lista de referências bibliográficas: listadas cronologicamente;

- Publicações múltiplas do mesmo autor, no mesmo ano, na lista de referências bibliográficas: listadas com 'a', 'b', 'c', etc. depois (ex. "Ferrinho Lopes, 2019b");

O docente disponibiliza no moodle exemplos de relatórios de sondagem, que podem ser úteis para os discentes analisarem (1) como algumas empresas fazem os seus relatórios, sendo uma fonte de inspiração par ao relatório da UC; e, mais importante, (2) as falhas e erros técnicos de alguns desses relatórios. O segundo ponto será alvo de uma discussão e exercício prático em aula.

Plágio não é tolerado. Textos similares entre discentes nesta ou outras UCs, deste ou outro ano letivo, estão obviamente incluídos. Não se pode replicar todo um trabalho de outra UC, mesmo que do mesmo estudante. Vejam as [políticas de integridade e honestidade académica](#) para mais detalhes. Cada grupo deve nomear um porta-voz e comunicá-lo ao docente aquando da comunicação da constituição dos grupos.

4.2.1 Discussão oral

Uma aula anterior e posterior à entrega do relatório será especificamente dedicada à sua preparação e discussão. A anterior serve para os alunos levarem trabalho adiantado, fazerem parte dele em aula e receberem feedback e comentários específicos do docente. Procura-se corrigir erros, clarificar dúvidas e incrementar a qualidade da escrita e da análise dos dados. Já na aula subsequente à entrega dos relatórios, será feita uma discussão com o docente. Nela, os grupos devem demonstrar cabal conhecimento do trabalho e dos processos realizados para o preparar.

Nota: não é por ser feito em grupo que necessariamente todos os seus elementos terão a mesma classificação. Ademais, cuidado com o free-riding: haverá severa penalização de todo o grupo. Dúvidas sobre a autoria do relatório, o conhecimento substantivo de um ou mais alunos sobre o modelo concetual ou empírico usado no trabalho, ou, até, desempate ou arredondamento de classificação serão clarificados com o docente mediante uma exposição e defesa oral formal. Este momento pode tanto subir, como descer ou manter a classificação e tem lugar em data, local e horário indicado pelo docente via e-mail para o(s) discente(s) através do seu endereço institucional da universidade.

4.3 Artigo de jornal

Este artigo não se trata de um texto opinativo, mas de análise *empírica* sustentada. É individual e deverá ser elaborado com base no relatório entregue, preparando um artigo que pudesse ser publicado num jornal impresso, com um máximo de 500 palavras, título, lead, infografia (fotografias, figuras e gráficos em anexo, mas aos quais se podem reportar no texto) e ficha técnica para apresentar os principais resultados da sondagem ao público em geral.

Pressupõe-se que seja claro – mas muito(!) sucinto – quanto:

- Ao que se propõe descobrir e analisar (pergunta de investigação formulada como uma declaração);
- Objetivos;
- Modelo analítico e metodológico (se aplicável);

Atenção a:

1. Definição do tema. Deverão ser observados os critérios da clareza, pertinência e exequibilidade. Esta primeira parte deverá incluir ainda uma pequena justificação da pertinência do tema do ponto de vista sociopolítico (relevância social);
2. Forma de abordagem, bem como as conclusões do(s) fenómeno(s) em análise. Na sequência disto, deve explicar-se o que é que o artigo vai acrescentar face ao que já se conhece.
3. Modelo e análise: em anexo, explicando conceitos e a operacionalização e testes efetuados. Esta parte deve incluir também quando e figuras das dimensões e indicadores em análise. Se efetuados teste das hipóteses, colocar em anexos. Se feitos, estes testes deverão ser sempre validados através da introdução das variáveis de controlo.
4. Considerações finais. Tendo em conta os objetivos e tema, dar conta das principais conclusões a que se chegou, sobre o que elas permitem acrescentar face ao que já

se conhecia sobre o assunto. Deverá ainda ser feita uma reflexão geral sobre pistas para futuras pesquisas.

Segue uma dica para pensarem a vossa investigação (não necessariamente para colocar na parte escrita, dada a limitação de espaço). Bryman (2007) diz-nos que "Ao escrever investigação [mesmo que para o público em geral], há uma série de questões que é necessário cobrir". Estas são:

- Qual é o tópico de investigação e quais são os objetivos?
- Por que razão é o tema (ou o objetivo) importante?
- Qual é a pergunta de investigação (mesmo que formulada como uma afirmação; ex. "analiso qual o tipo de eleitores que votam no CHEGA")?
- O que é dito na literatura sobre o tema e a pergunta (ponto secundário, atendendo ao contexto da UC)?
- Qual o método usado (como foram recolhidos os dados e o que se fez para analisar)?
- Por que é esta uma boa estratégia metodológica para dar resposta à pergunta?
- Que recursos são necessários para esta investigação?
- Como se analisam os dados?
- Quais os resultados e implicações?

Notem, no entanto, que estes tópicos devem ser muito sumários, atendendo a que é um artigo de jornal e não um artigo científico. Em caso de dúvida, não colocar.

Por fim, o docente disponibiliza, também, no moodle um link com exemplos de artigos de jornal de sondagistas que pode ser útil para os discentes se basearem.

4.4 Exames

Os estudantes que não sejam aprovados à UC por via curricular – ou seja, na fase de ensino-aprendizagem –, bem como aqueles que desejem melhorar a sua classificação, podem propor-se a três tipos de exames: Época Normal, Época de Recurso e Época

Especial. A data, hora e sala dos respetivos exames é disponibilizada pelos Serviços Académicos no **Balcão Virtual** e no **site** da UBI.

A corrente UC não carece de classificação curricular mínima para um discente se submeter a exame. Após o encerramento da classificação das provas de avaliação por exame, será ser facultada aos estudantes a consulta das respetivas provas, bem como prestados esclarecimentos sobre a correção das mesmas, se pedido. O estudante pode solicitar a consulta formal de exames de época normal, recurso ou época especial mediante e-mail ao docente, ou, *in extremis*, através de requerimento online ou entregue ao balcão dos Serviços Académicos, no prazo máximo de cinco dias seguidos após a publicação e encerramento da classificação no Balcão Virtual. Neste último caso (requerimento aos Serviços Académicos), o artigo 133.º do **Regulamento Académico** pressuõe ainda a indicação das respostas ou pontos em que considera que a classificação é inferior ao que entende ter sido a sua prestação e relativamente aos quais solicita a reapreciação, justificando esse pedido. Não obstante, o docente aceita que seja solicitada a revisão final de toda a prova e comunicará ao estudante a marcação da consulta de prova por via eletrónica, nomeadamente a data/hora/local da consulta na qual deverá estar presente.

4.5 Critérios de avaliação

4.5.1 Ensino-aprendizagem

A escala de classificação usual (0-20) é usada. Os alunos podem acompanhar a evolução das suas notas e projetar o grau de esforço e perspetiva de classificação final através do **simulador** da classificação disponível no **moodle**.

Tal como presente no simulador, a avaliação curricular compreende um esforço contínuo ao longo do semestre. Para concluir a UC, o aluno deve obter nota igual ou superior a 10/20 valores. A classificação curricular (de ensino-aprendizagem) é calculada através dos seguintes elementos de avaliação e respetiva ponderação:

- **50%** são determinados através de **exercícios práticos** realizados em contexto de aula e/ou laboratório. Orientação específica será disponibilizada aos alunos para se atualizarem dos detalhes e estarem preparados para essas avaliações com base

na componente teórica das aulas desse tipo. Excluindo os anexos, cada exercício deve ser apresentado numa única página A4. Os exercícios são corrigidos posteriormente com o docente e estão previstos (embora de forma provisória, ou seja, sujeita a alterações consoante a evolução do ensino-aprendizagem) para serem feitos ou entregues nas seguintes aulas ou num prazo estipulado nelas pelo docente.

- I: 18 de outubro (10%).
- II: 25 de outubro (10%).
- III: 8 de novembro (10%).
- IV: 15 de novembro (10%).
- V: 10 de janeiro (10%).

Existirão ainda exercícios pedagógicos e outros de laboratório no Capítulo II do programa.

- **35%** da nota é calculada através do Relatório de Sondagem, que deverá ser entregue até 30 de dezembro, cujos critérios de correção estão divididos da seguinte forma.
 - Rigor concetual e metodológico (30%)
 - Arco textual e fontes (15%)
 - Grafismo (25%)
 - Análise dos dados (20%)
 - Síntese (10%)

Este relatório deverá ser elaborado individualmente ou em grupos de até 5 elementos, usando uma base de dados fornecida pelo docente, preparar um relatório de, no máximo, 20 páginas com todos os seus elementos constitutivos, gráficos e texto analítico. Cuidado com o free-riding: pode haver defesa oral e penalização severa de todo o grupo.

- **15%** corresponde a um artigo de jornal, a ser entregue até 9 de janeiro de 2022 e avaliado de acordo com estes ponderadores:

- Rigor concetual e metodológico (30%)
- Capacidade crítica (20%)
- Sequência e estruturação lógica (20%)
- Arco textual e fontes (20%)
- Síntese (10%)

Os elementos são obrigatórios. O docente pode exigir ainda, se necessário, uma defesa oral da classificação dos relatórios de sondagem ou dos artigos de jornal. Nesses casos, os discentes serão convocados para uma data e local através do seu e-mail institucional da UBI. Tal será para clarificação de dúvidas, que podem, entre outras, ser sobre plágio e fraude académica ou a existência ou não de "free-riding". Casos de plágio serão avaliados com zero (0) valores e de free-riding com severa penalização de todo o grupo. É, não só aconselhável, mas **obrigatória a leitura das políticas da UC sobre a integridade e honestidade académica**.

Diferentemente dos discentes em condições regulares de ensino-aprendizagem, a avaliação de estudantes Erasmus, em mobilidade, deslocados ou que preencham os requisitos do Regulamento Académico da Universidade ou do Despacho 37/R/2013 serão avaliados através do relatório de sondagem (60%), e do artigo de jornal (40%). Estão disponíveis as accommodations para estes casos. Os prazos de entrega são os mesmos dos restantes discentes.

Não existe mínimo exigível para admissão a exame, nem mínimo de assiduidade e participação nas aulas. No entanto, a participação assídua, ativa e pertinente nas sessões teóricas e práticas conta como critério de arredondamento positivo da classificação final (ex. 9.45 é arredondado para 9 ou 10).

No caso de melhoria de classificação de ensino-aprendizagem ou tentativa de aprovação à UC, os discentes podem submeter-se a exames extracurriculares de três tipos: época normal, época de recurso e época especial. Para tal, deverão consultar os normativos da universidade e seguir os critérios do ponto seguinte.

4.5.2 Exames

A disciplina não tem nota mínima necessária para a realização de avaliação extracurricular (exames). O docente autoriza a sua frequência e abre os exames (normais, de recurso e de época especial) a qualquer aluno que o deseje fazer para o melhoria de classificação ou seja obrigado a se submeter ao mesmo para ser aprovado – desde que preencha os requisitos para inscrição no Balcão Virtual.

Os exames seguem a estrutura clássica de uma frequência (midterm) e são iguais para todos os alunos (regulares, Erasmus, deslocados e trabalhadores-estudantes), exceto na língua a utilizar. Têm uma proporção de 100%, ou seja, a nota mais elevada prevalece. Por exemplo, um aluno que se submeter a exame com 11 e obtém uma classificação de 9 valores mantém o 11 (superior) como nota final. Se o mesmo discente obtiver nota em exame de 13 valores, a classificação final passará a ser 13. O mesmo acontece com os alunos que se submetem a exame para aprovação na UC (por exemplo, um 0 curricular com 14 em exame é classificado com um 14 no final da UC).

5 Regras da disciplina

5.1 Durante as aulas

Em geral, os estudantes não têm proibições, mas apela-se ao seu bom senso por forma a tornar as aulas interativas, focadas e participativas. As anotações das sessões serão importantes para uma melhor compreensão das matérias lecionadas e um estudo individual autónomo e didata. Nas aulas, computadores serão permitidos, aconselháveis e até obrigatórios para os exercícios práticos. Evitem usar computadores para outros fins que não as atividades relacionadas com a aula. Os telefones raramente são úteis, mas não há problema desde que a sua utilização não afete o modelo de ensino pedagógico e a aprendizagem dos colegas. Comer e beber é permitido durante as aulas, porém, da mesma forma, evitem, quer que isso afete a UC, pois as aulas são tipicamente ativas, quer fazê-lo em geral, a não ser que estritamente necessário, já que as aulas têm intervalos regulares que o permitem.

5.2 Assiduidade

A assiduidade discente é expectável em todas as aulas, quer teóricas, quer práticas ou laboratoriais. No entanto, o regime não é obrigatório. Os alunos têm liberdade para frequentar ou não as sessões e não é necessária nenhuma frequência mínima para serem aprovados à unidade curricular – exceto, naturalmente, em momentos de avaliação. Em circunstâncias excepcionais, serão aceites justificações válidas para a ausência em avaliações, mediante a apresentação de uma prova autenticada. A aceitação ou não da justificação desta documentação carece da medida em que o caso particular se enquadre no número 1 do artigo 132.º do [Regulamento Académico da Universidade](#) ou do [Despacho 37/R/2013](#). Nesses casos, os discentes devem proceder como indicado no parágrafo seguinte.

5.2.1 Exercícios práticos

Não é expectável que um discente não compareça às aulas e, por conseguinte, não faça os respetivos exercícios. Não obstante, o discente tem o direito de não comparecer a uma aula com exercício prático, quer por opção própria, quer pelos motivos que constam do artigo 132.º do [Regulamento Académico da UBI](#). No último caso, para não ser prejudicado na classificação, terá que entregar uma prova autenticada até 5 dias úteis após o impedimento. Neste caso, a classificação dos restantes exercícios será redistribuída (valerá toda a ponderação desta componente avaliativa). Por exemplo, faltando justificadamente a um exercício, os restantes quatro serão contabilizados, cada um, como valendo 25% cada ($25\% \times 4$ em vez de $20\% \times 5$, cujo resultado é depois multiplicado pela ponderação deste indicador para a nota final).

É responsabilidade exclusiva do estudante a obtenção da documentação. Por conseguinte, quando o aluno informar o docente sobre a necessidade da realização da frequência no período suplementar, deverá, nesse momento, apresentar comprovativo suficiente para que a verificação legal seja exequível.

Em caso de motivos justificados do docente para não comparecer a um momento de avaliação, este assegurará a realização da prova nos termos do artigo 131.º do [Regu-](#)

lamento Académico da UBI. Em particular, fazendo-se substituir por outro docente ou reagendando a aula por mútuo acordo com a turma.

5.3 Atrasos na entrega de trabalhos

Entregas do trabalho com atraso serão aceites sem penalização se for prestada uma justificação válida ao docente até 48h antes do prazo de entrega. Após o momento de entrega, serão aceites submissões com um desconto de 10% da pontuação até um máximo de 2 dias do término do prazo, e apenas se avisando o docente por e-mail aquando da submissão (para colmatar falhas no caso de já terem sido descarregados os restantes trabalhos para correção). Depois deste período, todos os elementos entregues terão uma cotação de 0 (zero) valores.

5.4 Integridade e honestidade académica

Os discentes são obrigados a cumprir integralmente as políticas de integridade académica do **Código de Integridade da UBI**, bem como no **Código de Conduta dos Estudantes** da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-UBI).

Conduta académica inapropriada e a violação dos deveres gerais dos alunos, nomeadamente **plágio e fraude académica**, invabilizam a avaliação, nos termos do artigo 134.º do **Regulamento Académico da UBI**. Estão, obviamente, incluídos textos muito semelhantes entre alunos deste ou de outros cursos, mesmo que sejam do mesmo aluno, como é o caso de trabalhos anteriores entregues a outros docentes neste ou noutro ano letivo. O mesmo acontece para apresentações de diapositivos do docente, que não são fonte primária de informação, mas tão-somente auxiliares de estudo. Tal situação pode, ainda, acarretar a suspensão temporária das atividades escolares, nos termos do artigo 11.º do **Regulamento Disciplinar dos Estudantes** da universidade.

Também o **"free-riding"**, a existir e a confirmar-se, terá consequências graves para os membros dos grupos que realizem os relatórios de sondagem coletiva ou até individualmente (se feito com recurso a "ajuda" externa, descobrindo-se que outra pessoa redigiu o trabalho do estudante). O problema do "free-rider", no contexto da UC, reporta a difer-

enças na divisão do trabalho e do empenho dentro do mesmo grupo: caso o docente tome conhecimento que houve membros do grupo – que os próprios escolheram – que se tenham distinguido dos restantes pelo excesso, defeito ou sequer pela não participação na redação do relatório, todo o grupo será severamente penalizado. Para tal, cada grupo nomeará um "porta-voz" que estará responsável de comunicar ao docente toda a evolução do trabalho coletivo.

6 Accommodations for Erasmus, Displaced and Workers

Reasonable accommodations will be made for Erasmus or displaced students, as well as student workers or individuals with verifiable and authenticated disabilities. Differently from curricular assignments, these cases will be evaluated building only on the **poll report** (60%), and the **newspaper article** (40%). These students do not perform any in-class exercise.

In order to take advantage of available accommodations, namely theoretical-practical and tutorial classes, as well as close accompaniment, students must contact the professor by **e-mail** as soon as possible in order to receive specific guidelines.

7 Calendarização das aulas

A programação das aulas encontra-se infra. É provisória e sujeita a alterações. Funcionam também como um guia de estudo. Os exames (normais, de recurso e época especial) compreendem toda a matéria lecionada.

7.1 Introdução à UC

Semana 01, 20/09 - 24/09: Warm-up, team building e kick-off

- Apresentação do *Syllabus* da Unidade Curricular:
 - Objetivos
 - Estrutura

- Programa
- Apoio e orientação tutorial
- Critérios e elementos de avaliação
- *Software* necessário
- Calendarização
- Bibliografia obrigatória

Semana 02, 27/09 - 01/10: Conferência: "O mandato de um deputado não-inscrito" & "Análise dos resultados das eleições autárquicas"

- Parte I: Oradora: Cristina Rodrigues (Deputada não-inscrita à Assembleia da República). Sala: *Auditório 7.21*
- Parte II: Oradores: Hugo Ferrinho Lopes & Bruno Ferreira Costa. Sala: *Auditório 7.21*

7.2 Capítulo I. O que é e como se mede a opinião pública

Semana 03, 04/10 - 08/10: Introdução. Conceito e história da opinião Pública: como se analisa?

- Introdução de eventuais alterações/correções ao *Syllabus* de comum acordo entre o docente e os discentes
- Aprovação da versão final do *Syllabus* da UC, em particular os elementos de avaliação e a distribuição e cálculo da classificação final
- Introdução: O que é a Opinião Pública e como podemos analisá-la?

Semana 04, 11/10 - 15/10:

- Fatores da Opinião Pública
- Comunicar ao docente a constituição dos grupos

Semana 05, 18/10 - 22/10:

- Inquéritos e Sondagens.
- Sondagens: História.
- Desenvolvimento do Campo das Sondagens em Portugal.
- Exercício 1

Semana 06, 25/10 - 29/10:

- Sondagens: Modalidades.
- Passos no planeamento de uma sondagem
- Exercício 2

Semana 07, 01/11 - 05/11:

Semana 08, 08/11 - 12/11:

- Sondagens: Como fazer perguntas?
- Exercício 3

7.3 Capítulo II. Laboratório de análise política

Semana 09, 15/11 - 19/11:

- Sondagens: Amostragem.
- Tipos de Erro nas Sondagens
- Exercício 4

Semana 10, 22/11 - 26/11:

- Introdução ao SPSS.
- Como construir uma base de dados.
- Tipos e natureza de variáveis.
- Médias e frequências de variáveis, com desvios-padrão.
- Exercício de treino 1

Semana 11, 29/11 - 03/12:

- Cruzamento de variáveis (tabelas de referências cruzada, testes t e ANOVAs para médias)
- Correlação: operacionalização e interpretação.
- Causalidade: breve introdução
- Introdução à Regressão (linear simples, linear múltipla, logística binária e logística multinomial)
- Exercício de treino 2

7.4 Capítulo III. Preparação de relatórios, média e sondagens e outros estudos de opinião

Semana 12, 06/12 - 10/12:

- Como apresentar dados de sondagem
- Preparação de tabelas e gráficos
- Apresentação de diferenças entre grupos
- Workshop com Exercício de treino 3

Semana 13, 13/12 - 17/12: Aula dupla

- Relatórios: Como preparar
- Workshop com especialista(s)
- Produção de outputs de relatório com os alunos
- Esclarecimento de dúvidas e orientação individual aos trabalhos (os discentes devem levar o seu projeto de trabalho e figuras e tabelas em versão preliminar para correção)

Semana 14, 03/01 - 07/01:

- Média e Sondagens
- Discussão dos relatórios de sondagem
- Outros estudos de opinião: Focus group e entrevistas em profundidade;
- Análise de conteúdo e de sentimentos
- Desenhos experimentais
- Exercício 5

Semana 15, 10/01 - 14/01: Não há aula (reposta em dezembro para preparação dos relatórios)

Semana 16, 17/01 - 21/01:

- Classificações Ensino-aprendizagem

Semana 17, 24/01 - 28/01:

- Exame de Época Época Normal

Semana 18, 31/01 - 04/02:

- Classificações Exame Época Normal

Semana 19, 07/02 - 11/02:

- Exame de Recurso

Semana 20, 14/02 - 18/02:

- Classificações Exame de Recurso

8 Fontes de dados

- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)
- Marktest Group
- Public Opinion and Sentiment Tracking, Analysis, and Research (POPSTAR) - 2015
- Sondagem das sondagens - 2019
- Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA)
- Portal de Opinião Pública (POP)
- Production and Archive of Social Science Data (PASSDA)
- Arquivo Português de Informação Social (APIS)
- Comportamento Eleitoral dos Portugueses (CEP)
- Eurobarómetro (EB)
- Comparative Study of Electoral Systems (CSES)
- European Social Survey (ESS)
- European Values Survey (EVS)
- International Social Survey Programme (ISSP)
- Consortium of European Social Science Data Archives (CESSDA)
- Atitudes Sociais dos Portugueses (ASP)
- Administration and Cost of Elections (ACE)
- Chapel Hill Expert Survey
- Comparative Welfare States Dataset (CWS)
- World Bank (WB)
- European Election Studies (EES)
- Eurostat
- Freedom House
- Inter-university Consortium for Political and Social Research (ICPSR)

- [International Institute for Democracy and Electoral Assistance \(IDEA\)](#)
- [Quota Project](#)
- [Inter-Parliamentary Union \(IPU\) Parline Data](#)

9 Bibliografia recomendada

9.1 Bibliografia primária

9.1.1 Obrigatória

- Bethlehem, J. (2018). *Understanding Public Opinion Polls*. Boca Raton: CRC Press.
- Magalhães, P. (2011). *Sondagens, Eleições e Opinião Pública*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Lisboa: ReportNumber.

9.1.2 Geral

- Althaus, S. L. (2003). *Collective Preferences in Democratic Politics: Opinion Surveys and the Will of the People*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Asher, H. (2016). *Polling and the Public: What Every Citizen Should Know*. Washington: Congressional Quarterly Press.
- Atkeson, L. R., & Alvarez, R. M. (Eds.). (2018). *The Oxford Handbook of Polling and Survey Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Bartels, L. M. (2016). *Unequal Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- Clawson, R. A., & Oxley, Z. M. (2020). *Public Opinion: Democratic Ideals, Democratic Practice*. Washington: Congressional Quarterly Press.
- Dalton, R. J. (2013). *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. Washington: Congressional Quarterly Press.
- Goidel, K. (2011). *Political Polling in the Digital Age: The challenge of measuring and understanding public opinion*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.
- Goodin, R. E., & Tilly, C. (2006). *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford: Oxford University Press.

- Hay, C. (2002). *Political Analysis: A Critical Introduction*. London: Palgrave Macmillan.
- Moon, N. (1999). *Opinion Polls: History, theory and practice*. Manchester: Manchester University Press.
- Page, B. I., & Shapiro, R. Y. (2010). *The Rational Public*. Chicago: University of Chicago Press.
- Popkin, S. L. (2020). *The Reasoning Voter*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rich, R. C., Brians, C. L., Manheim, J. B., & Willnat, L. (2018). *Empirical Political Analysis: Research Methods in Political Science*. New York: Routledge.
- Zaller, J. R. (1992). *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: Cambridge University Press.

9.2 Bibliografia Secundária

- Albarello, L. et al. (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva
- Bennett, L. & Entman, R. (Eds.). (2001). *Mediated Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Berinsky, A. J. (Ed.). (2015). *New Directions in Public Opinion*. London: Routledge.
- Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W. E., & Stokes, D. E. (1960). *The American Voter*. Chicago: University of Chicago Press.
- Castells, M. (2008). The new public sphere: Global civil society, communication networks, and global governance. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616 (1), 78-93.
- Cohen, J., & Rogers, J. (1992). Secondary associations and democratic governance. *Politics & Society*, 20(4), 393-472.
- Crespi, I. (2013). *The Public Opinion Process: how the people speak*. London: Routledge.
- Curran, J. (2014). Reinterpreting the democratic roles of the media. *Brazilian Journalism Research*, 10(2), 28-53.

- Dahlgren, P. (1995). *Television and the public sphere: Citizenship, democracy and the media*. London: Sage.
- Davison, W. P. (1983). The third-person effect in communication. *Public opinion quarterly*, 47(1), 1-15.
- Erikson, R. S., MacKuen, M. B., & Stimson, J. A. (2002). *The Macro Polity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Erikson, R. S., Wright, G. C., Wright, G. C., & McIver, J. P. (1993). *Statehouse democracy: Public opinion and policy in the American states*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferguson, S. D. (2000). *Researching the public opinion environment: Theories and methods*. Thousand Oaks: Sage.
- Glynn, C., Herbst, S., O'Keefe, G., & Shapiro, R. (1999), *Public Opinion*, Oxford: Westview Press.
- Habermas, Y. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Habermas, Y. (1998). Civil Society and the Political Public Sphere, in *Between Facts and Norms. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge e Massachusetts. USA: MIT Press.
- Herbst, S. (1998). *Reading public opinion: How political actors view the democratic process*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jacobs, L. R., Cook, F. L., & Carpini, M. X. D. (2009). *Talking Together. Public Deliberation and Political Participation in America*. University of Chicago Press.
- Lavrakas, P. J., & Traugott, M. W. (2000). *Election Polls, the News Media, and Democracy*. Chatham House Pub.
- Lenart, S. (1994). *Shaping Political Attitudes. The Impact of Interpersonal Communications and Mass Media*. Thousand Oaks: SAGE.
- Lewis, J. (2001). *Constructing public opinion: How political elites do what they like and why we seem to go along with it*. Columbia: Columbia University Press.
- Lewis-Beck, M. S., Norpoth, H., Jacoby, W., & Weisberg, H. F. (2008). *The American Voter Revisited*. Michigan: University of Michigan Press.
- Lippmann, W. (1991). *Public Opinion*. New Brunswick: Transaction Publishers.

- Mutz, D. C. (1998). *Impersonal Influence: How perceptions of mass collectives affect political attitudes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mutz, D. C. (2006). *Hearing the other side: Deliberative versus participatory democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mutz, D. C., Sniderman, P. M., & Brody, R. A. (Eds.). (1996). *Political Persuasion and Attitude Change*. Michigan: University of Michigan Press.
- Noelle-Neumann, E. (1993). *The spiral of silence: Public opinion – Our social skin*. Chicago: University of Chicago Press.
- Norrander, B., & Wilcox, C. (Eds.). (2009). *Understanding Public Opinion*. London: SAGE.
- Norris, P. (2008). *Driving democracy: Do power-sharing institutions work?*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rubenstein, S. M. (1995). *Surveying Public Opinion*. Belmont: Wadsworth Publishing Company.
- Saris, W. E., & Sniderman, P. M. (Eds.). (2018). *Studies in Public Opinion : Attitudes, Nonattitudes, Measurement error, and Change*. Princeton: Princeton University Press.
- Shapiro, R. Y., & Page, B. I. (1988). Foreign policy and the rational public. *Journal of Conflict Resolution*, 32(2), 211-247.
- Sniderman, P. M., Brody, R. A., & Tetlock, P. E. (1993). *Reasoning and Choice. Explorations in Political Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Splichal, S. (1999). *Public opinion: Developments and controversies in the twentieth century*. Lanham & Oxford: Rowman & Littlefield.
- Splichal, S. (2002). *Principles of Publicity and Press Freedom*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Warren, K. F. (2018). *In defense of public opinion polling*. London: Routledge.
- Weisberg, H., Weisberg, H. F., Krosnick, J. A., & Bowen, B. D. (1996). *An Introduction to Survey Research, Polling, and Data Analysis*. London: Sage.
- Zaller, J., & Feldman, S. (1992). A simple theory of the survey response: Answering questions versus revealing preferences. *American Journal of Political Science*, 36 (3), 579-616.

9.3 Desenho, planeamento e estruturação de trabalhos

- Bryman, A. (2007). The research question in social research: what is its role?. *International Journal of Social Research Methodology*, 10(1), 5-20.
- Della Porta, D., & Keating, M. (eds.). (2008). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Geddes, B. (1990). How the cases you choose affect the answers you get: Selection bias in comparative politics. *Political Analysis*, 2, 131-150.
- Johnson, J. B., Reynolds, H. T., & Mycoff, J. D. (2015). *Political Science Research Methods*. London: SAGE, CQ Press.
- Kellstedt, P. M., & Whitten, G. D. (2018). *The Fundamentals of Political Science Research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lamont, C. (2015). *Research Methods in International Relations*. London: Sage.
- Manheim, J. B., Rich, R. C., Willnat, L., & Brians, C. L. (2008). *Empirical Political Analysis: Quantitative and Qualitative Research Methods*. Longman Pub Group.
- Marczyk, G., DeMatteo, D., & Festinger, D. (2005). *Essentials of Research Design and Methodology*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Perea, E. A., Crespo, I., & Lago, M. M. (1999). La operacionalización de los conceptos, las estrategias de investigación (pp. 33-48 e 49-72). *Metodología de la Ciencia Política*. Madrid: CIS, Cuadernos Metodológicos, 28
- Reinalda, B. (2013). International organization as a field of research since 1910. In Reinalda, B. *Routledge Handbook of International Organization* (pp. 1-23), New York: Routledge.
- Sartori, G. (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, 64(4), 1033-1053.
- Schmitter, P. (2002). The Ideal Research Proposal. Working Paper. (sobretudo para o projeto de trabalho)
- Shively, W. P. (2016). *The Craft of Political Research*. London: Routledge.
- van Evera, S. (1997). What is a political science dissertation?, Helpful hints on writing a political science dissertation, the dissertation proposal, *Guide to Methods of Students of Political Science* (pp. 89-95, 97-113 & 115-116). Ithaca: Cornell University Press.